

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO**

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e três, às nove horas no Auditório da Fundação Estadual do Meio Ambiente FEMA, sito rua C, esquina com rua F, Palácio Paiaguás – Centro Político Administrativo em Cuiabá, ocorreu a 1ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO. A reunião foi presidida pelo Sr. Edson Nunes, onde estiveram presentes o Sr. Adair Jose de Medeiros e o Sr. Francisco Medeiros da AQUAMAT, Sr. Itamar João Tormem da AGRIVERA, Sr. Dílson Leal Silva Filho da ASATEC, Sr. Geraldo Donizete Lúcio da SEDTUR a Srª Maria Lenice M. Conceição representante da Secretaria de Industria, Comercio e Minas de Energia – SICM, Srª Vera Lucia Dias Lopes da SES, Sr. Mitri Salah Ayoub da AMM, Sr. Amado Ozeda Filho da SEDER, Sr. Nilson Roberto Tagliari e o Sr. Carlos Baldi da FIEMT, Sr. Fernando K. Shirashi da UFMT, Sr. Jose Augusto Ferraz de Lima do IBAMA, Srª Marli Keller do SINGTUR, Sr. José Benedito Gaiva do SANECAP, Srª Jane Maria de S. Santos da REDE Cemat, Sr. Luiz Antonio Pagot da SEET e o Sr. Carlos Teodoro Irigaray da PGE. A Ata da 1ª Reunião Ordinária foi aprovada pelos Conselheiros presentes, e ao passar para as pautas seguintes ficou decidido que a Palestra de Gestão das Águas fosse apresentada como última pauta. Prosseguindo a reunião deu início a discussão sobre a alteração do Decreto de Poço Tubular. O presidente apresentou uma proposta de Moção, a qual sugere o cadastramento dos poços tubulares e a ampliação da validade do licenciamento, de um para cinco anos. O Sr. Amado sugeriu a isenção do licenciamento dos poços, sendo criado apenas o cadastro de usuários. Sugeriu ainda que a licença do poço deveria ser contemplada na Licença Ambiental Única – LAU. O Sr. Itamar Tormem, propôs que fosse seguido o exemplo adotado pelo Estado do Paraná, onde os poços são apenas cadastrados e para se obter as informações da vazão do poço é realizado um teste de bombeamento. Ele mencionou ainda que um profissional deverá ser o responsável pelo cadastro do poço e pela entrega do relatório geotécnico para a FEMA, acompanhado pelo teste da vazão. Ele reforçou também o grande interesse de solucionar estas questões por parte dos Produtores de Primavera do Leste, incluindo também as questões relacionadas com o licenciamento da irrigação. O Sr. Amado sugeriu uma visita ao Departamento de Química da UFMT, antes da alteração da Lei, para conhecimento sobre um trabalho desenvolvido em conjunto com a Associação dos Produtores de Algodão, o qual apresenta resultados importantes sobre a pequena interferência dos produtos químicos nas águas subterrâneas. O Sr. Itamar Tormem, reforçou que independente de se cobrar ou não, que seja realizado o cadastramento dos poços criando um banco de dados dos usuários de água subterrânea. O Sr. José Augusto Ferraz, sugeriu que o licenciamento do poço esteja contemplado na LAU para os produtores rurais e que os critérios técnicos do poço sejam contemplados. A Srª. Jane de Souza, sugeriu que a LAU fosse mais abrangente, contemplando os diversos usos da propriedade. O Presidente explicou que associar o licenciamento do poço à LAU não seria procedente, uma vez que conceitualmente a LAU tem uma função apenas associada com áreas para desmatamento existentes nas propriedades rurais e os outros usos não estão associados à LAU e sim ao processo de licenciamento ambiental, tais como LP, LI e LO. Foi questionado também que associar a licença do poço a LAU seria muito complicado, pois os outros usuários de poços

47 teriam que ter procedimentos diferenciados de licenciamento e seria complicado instituir
48 licenças diversas. O Sr. Itamar, sugeriu que determinasse um período para cadastramento
49 dos poços existentes, e que o valor cobrado para o licenciamento deveria ser discutido em
50 outro momento, lembrando que deve ser considerado os diversos tipos de poços, do meio
51 urbano e rural. O Sr. Carlos Baldi, mencionou sobre a responsabilidade em preocupar com
52 o que se estabelece em Lei, e que para aprimorar o cadastramento, deve-se avaliar a real
53 capacidade dos profissionais habilitados para a perfuração dos poços, e que sem um estudo
54 prévio, poderá ocorrer risco de contaminação das águas, obtendo um resultado final de má
55 qualidade técnica. Sugeriu em princípio a realização de uma ação em conjunto com as
56 empresas perfuradoras de poços facilitando o cadastramento dos mesmos, de forma que
57 elas entreguem o relatório geotécnico dos poços já perfurados. Ele reforçou a necessidade
58 de existir um mapeamento dos poços no entorno das cidades, e sugeriu a criação de um
59 Programa de Cadastramento para as Regiões com Adensamento Humano dentro do Estado,
60 de forma que seja identificado os locais possíveis para perfuração dos poços; ele finaliza,
61 sugerindo que este assunto poderia ser discutido numa outra reunião. Diante das
62 considerações ocorridas durante a reunião, um dos Conselheiros mencionou que
63 primeiramente deveria ser esclarecido por parte dos técnicos da FEMA, como é realizado o
64 licenciamento dos poços incluindo o tempo para a liberação da licença para que
65 posteriormente o Conselho possa deliberar sobre o tema. Foi sugerido também que as
66 empresas perfuradoras sejam cadastradas pela FEMA. A Sr^a. Marli Keller, sugeriu uma
67 capacitação das empresas perfuradoras, com um trabalho efetivo de educação ambiental e
68 reforçou que isto poderia auxiliar na diminuição no valor das taxas que vêm sendo cobradas
69 para os pequenos proprietários, inclusive. A Sr^a. Jane de Souza mencionou que as licenças
70 deveriam ser condensadas, pois devido às limitações do órgão ambiental, nunca ocorre uma
71 vistoria prévia para a liberação da licença do poço. O Sr. José Augusto, sugeriu a criação de
72 uma Câmara Técnica para que a mesma pudesse decidir sobre os assuntos relacionados ao
73 Licenciamento de Poços Tubulares, dentre eles: a isenção do licenciamento, cobrança de
74 taxa para o cadastro dos poços e sobre os critérios a serem considerados para pequenos ou
75 grandes usuários (diâmetro e profundidade do poço ou vazão do poço). O Presidente
76 lembrou que muitas questões poderão ser resolvidas através de Resoluções do CEHIDRO,
77 como valor da taxa para o cadastro. Ele sugeriu que o prazo de renovação do
78 Cadastro/Licença, será a partir de 05 anos, esta sugestão foi consenso entre os
79 Conselheiros. O Presidente, informou que o Assessor do Deputado Humberto Bosaipo,
80 entregou para a apreciação da FEMA uma minuta de Lei que dispõe sobre a
81 “Administração, Proteção e a Conservação das Águas Subterrâneas de Domínio do
82 Estado”. Ele informou que cada Conselheiro receberá uma cópia da referida Lei para a
83 devida apreciação. Foi sugerido pelo Conselheiro Luiz Antônio Pagot, a realização de uma
84 outra reunião no dia 30 de julho tendo em vista que o projeto citado anteriormente,
85 encontra-se em trâmite na Assembléia Legislativa e que a mesma retornará suas atividades
86 no próximo mês. Ele sugere que nesta reunião seja apresentado o resultado dos trabalhos
87 desenvolvido pela Câmara Técnica. Considerando a existência da referida Lei, a proposta
88 de Moção, discutida no início da reunião, foi desconsiderada. O Sr. Irigaray, sugeriu que ao
89 invés de ser criada a Câmara Técnica, deveria ser formada uma Comissão para discutir
90 sobre o licenciamento e/ou cadastro dos poços, pois ainda não existe nenhuma Resolução
91 do CEHIDRO, instituindo Câmaras Técnicas. Foi formada então, a Comissão para tratar
92 dos Poços Tubulares, sendo indicado pelos Conselheiros sete representantes, conforme a

seguir: O Sr. José Augusto C. Barini da SEET, o Sr. Samir Curi da SEDER, o Sr. Eduardo dos Santos Oliveira da FIEMT, o Sr. Itamar João Tormem da AGRIVERA, o Sr. José Benedito Gaiva da SANECAP, a Sr^a. Lilian Apoitia da FEMA e como Coordenadora a Sr^a. Gabriela Priante da FEMA. Ficou decidido que a Comissão estará se reunindo no próximo dia 21 julho. O Sr. Pagot, sugeriu como pauta para uma outra reunião o tema “Preservação dos Mananciais” e demonstrou grande preocupação com a perfuração de poços no Estado. Ele mencionou que tem encontrado em alguns assentamentos poços abertos sem uso, servindo como foco de contaminação para as águas subterrâneas. O Presidente informou que foi elaborado uma Proposta de Irrigação, a qual foi entregue para leitura e posterior discussão, numa outra reunião. Posteriormente passou-se para apresentação da Palestra Gestão das Águas, na qual foi apresentada a Política de Recursos Hídricos, os seus Princípios, as Diretrizes, as Funções, os Instrumentos, o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e a Estrutura Administrativa da Diretoria de Recursos Hídricos; decidiu-se que nas próximas reuniões esta palestra será concluída. Foi informado que esta palestra estará disponível no site da FEMA. Nada mais havendo para ser discutido ou apresentado o Presidente encerrou a reunião e eu Jackeline Leite lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e o Secretário Executivo.

Moacir Pires de Miranda Filho
Presidente do Conselho Estadual de
Recursos Hídricos – CEHIDRO

Edson Nunes
Secretário Executivo
CEHIDRO

Cuiabá, 14 de Agosto de 2003.

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 02/09/2003.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*